

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.368 - SP (2018/0332034-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : SUZANA PASTERNAK
ADVOGADOS : WALKER ORLOVICIN CASSIANO TEIXEIRA - SP174465
LIA BARSÍ DREZZA E OUTRO(S) - SP256735
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SUZANA PASTERNAK, em 12/07/2018, por meio do qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CANCELAMENTO DA CDA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 26, DA LEI 6.830/80. VERBA HONORÁRIA DEVIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. Reexame necessário de sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 26, da Lei 6.830/80. O órgão julgador condenou a União ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 3% (três por cento) sobre o valor da causa atualizado, nos termos do artigo 85, § 3º, inciso IV, do CPC. Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 61.264.524,25, (sessenta e um milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), em junho de 2015.
2. Como observado pela eminente relatora, quando do ajuizamento da execução fiscal em 19/06/2015, a CDA objeto desta demanda já havia sido cancelada, em 01/06/2015.
3. Apesar de a União ter requerido a extinção do processo executivo, o seu ajuizamento ocorreu por equívoco por ela imputável, porquanto proposta esta demanda quando o título executivo já era inexigível. Por conseguinte, deverá a União ser condenada nos honorários advocatícios, pois, em regra, devem ser reembolsadas as despesas havidas pelo executado, por força do princípio da causalidade.

4. Não se há de falar em aplicação do Novo Código de Processo Civil para o estabelecimento de honorários haja vista que deve ser aplicável na hipótese o Código de Processo Civil de 1973.

5. Isso porque, para a fixação da condenação ao pagamento de honorários advocatícios, deve ser levado em conta o recente posicionamento do eminente Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal federal - STF, na decisão proferida na Ação Originária 506/AC (DJE de 1/9/2017), aplicando às verbas sucumbenciais as normas em vigor no ajuizamento da demanda.

6. Segundo a decisão proferida, 'quando se ingressa com a demanda, tem-se a previsibilidade dos ônus processuais, entre os quais se incluem os honorários advocatícios, de acordo com a norma em vigor no ajuizamento da demanda, razão pela qual reconheço que, nos casos em ajuizada ação sob a égide do CPC/73 e a Fazenda Pública saia vencida, há direito de o ente público não se sujeitar à mudança dos custos processuais de forma pretérita, exatamente tal como previsto nas partes inicial e final do art. 14 do CPC/15'.

7. Nos termos do art. 20, §4, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época do ajuizamento da ação, cabe ao juiz realizar o arbitramento dos honorários advocatícios tendo por base o grau de zelo profissional, o lugar da prestação de serviços, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

8. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu, em sede de recurso representativo de controvérsia, que 'vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade' (STJ, REsp 1.155.125, relator Ministro Castro Meira, DJe 06/04/2010).

9. Na hipótese em exame, verifico que não se discutiu tese de elevada complexidade, tampouco houve a prática de grande quantidade de atos processuais, razão pela qual reputo revestir-se de razoabilidade a verba honorária que ora fixo em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

10. Remessa necessária parcialmente provida" (fls. 165/166e).

No Recurso Especial, interposto com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de divergência jurisprudencial e violação ao disposto nos arts. 14 e 85, § 3º, do CPC/2015.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"7. Sobreveio sentença, em 15.08.2016, em momento em que já vigente o Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015 - 'NCPC'), portanto, que resolveu a demanda declarando extinto o processo e consolidando, na referida data, a situação jurídica de serem devidos honorários advocatícios/sucumbenciais pela União, em razão de ter ajuizado execução fiscal com base em título executivo que já estava cancelado por ela própria:

(...)

8. Está evidente, portanto, que a situação jurídica que deu ensejo ao arbitramento dos honorários no presente caso foi concretizada na data de 15.08.2016, após o início da vigência do NCPC, de modo que este novo diploma legal deve ser imediatamente aplicado ao presente caso, no que toca ao arbitramento dos honorários de sucumbência" (fls. 173/174e).

Requer-se, por fim, "seja conhecido e provido este Recurso Especial para que seja integralmente reformado o v. acórdão guerreado e, com isso, seja mantido o percentual arbitrado a título de honorários de sucumbência devidos à Recorrente pela Recorrida (percentual 3% sobre o valor da causa atualizado)" (fl. 193e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fl. 534e).

O presente recurso merece prosperar.

Assiste razão ao recorrente quando sustenta que, tendo sido a ação sentenciada já na vigência do CPC/2015 (em 15/08/2016), a fixação de honorários de sucumbência deveria observar o quanto disposto no novo diploma legal, não mais no revogado CPC/73 – vigente quando ajuizada a ação.

Dessarte, para a jurisprudência consagrada neste STJ, o importante não é a data do ajuizamento da ação, mas a data em que prolatada a decisão que impõe a condenação na verba honorária.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS.

CPC/1973. CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA CAUSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ reconhece que os honorários advocatícios devem ser regidos pela regra vigente à época da sentença. Precedentes. A sucumbência definida na sentença não foi reformada pelo Tribunal 'a quo' e nem pelo STJ, razão pela qual os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser definidos a partir dos critérios do CPC/1973.

2. Durante à vigência do art. 20, § 4º, do CPC/1973, as condenações ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais impostas à Fazenda Pública deveriam ser fixadas a partir da apreciação equitativa do juiz. Dessa forma, para fins de definição adequada do valor desses honorários, a base de cálculo poderia se determinada em razão do valor da causa. Precedentes.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.695.078/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/10/2018).

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AMBOS OS PEDIDOS ACOLHIDOS. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. INAPLICABILIDADE DO CPC/2015. APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC/73. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Ministro Relator está autorizado a julgar recurso por decisão singular quando o v. acórdão estadual estiver em confronto com a jurisprudência dominante do eg. STJ, sendo que a possibilidade de julgamento monocrático não foi eliminada com o advento do Código de Processo Civil de 2015, conforme se verifica no art.

932, III, IV e V, do CPC/2015 e na Súmula 568/STJ. Ademais, eventual mácula fica superada com o julgamento colegiado do recurso pelo eg. órgão competente.

2. **Conforme recentes precedentes desta eg. Corte, a legislação aplicável no tocante à fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é aquela vigente à época da sentença que fixou a condenação. Precedentes: EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe de 27/11/2017; e REsp 1.465.535/SP, Rel. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe de 22/8/2016.**

3. No caso, a parte ora agravada foi condenada a cumprir a obrigação de fazer – autorização para realização de procedimento médico – e a pagar indenização a título de danos morais. Nessa senda, apenas a condenação em danos morais possui conteúdo econômico, motivo pelo qual os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados quanto a essa condenação.

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 253.475/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, QUARTA TURMA, DJe de 21/08/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a fixar honorários advocatícios em favor do ora recorrente, no percentual mínimo estipulado no art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015, a ser apurado em execução de sentença.

I.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora